

A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DE RESTAURO DE ALOIS RIEGL E AS PRÁTICAS DA ATUAL SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DA CIDADE DE PRESIDENTE VENCESLAU

Daniela Barbi CAETANO¹
Maria Eduarda Cristina da Silva INFANTE²
Rubia Pelegrino RAFACHO³
Jaqueline SANA⁴

RESUMO: O termo patrimônio cultural possui uma definição abrangente, presente até mesmo na Constituição Federal do Brasil de 1988. O termo passou por um longo período histórico até obter sua valorização, alcançando, assim, teorias para restauro e conservação dos mesmos. Alois Riegl (1858-1905) possui renome na área por ser o primeiro a estudar os valores dos patrimônios, como, por exemplo, valor de antiguidade, histórico, comemoração, uso e arte. Na cidade de Presidente Venceslau, o Casarão do Dr. Álvaro Coelho, sede da antiga Fazenda Santa Sofia, bem como a Torre da Caixa D'água, são patrimônio cultural tombados pelo CONDEPHAAT-SP, e objeto de estudo do presente trabalho, por sua importância arquitetônica e histórica para a região do Oeste Paulista. Atualmente, a salvaguarda do patrimônio é realizada pelo atual proprietário, o arquiteto Júlio Fernando. O arquiteto realiza intervenções pontuais no local, as quais serão analisadas segundo valores de antiguidade, histórico e de uso, de acordo com a teoria de Riegl.

Palavras-chave: Alois Riegl. Fazenda Santa Sofia. Presidente Venceslau. Salvaguarda. Teoria de restauro. Valores.

1 INTRODUÇÃO

Na Constituição Federal de 1988, o termo Patrimônio Histórico faz referência aos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Para reconhecimento e valorização de tais

¹ Discente do 4º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail dani_barbi_@hotmail.com.

² Discente do 4º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail maria_eduarda_infante@hotmail.com.

³ Discente do 4º ano do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail rubia.rafacho@hotmail.com.

⁴ Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. Especialista em Arquitetura de Iluminação pelo Centro Universitário Curitiba e-mail jacquelinesana@toledoprudente.edu.br Orientador do trabalho.

monumentos, houve ao longo do séc. XIX discussões e a formação das primeiras teorias da restauração com Viollet-le-Duc e John Ruskin. Num segundo momento vê-se Camillo Boito, Alois Riegl e, já no século XX, Césare Brandi.

O presente estudo, será analisado e interpretado de acordo com Riegl, o primeiro a pensar no monumento relacionado à valores. Valores como: antiguidade, histórico, comemoração, uso e arte são abordados pelo teórico.

O objeto de estudo se coloca como patrimônio histórico tombado da cidade de Presidente Venceslau-SP, a sede da fazenda Santa Sofia, conhecida popularmente como “Casarão” e a torre da caixa d’água, também chamada de “Mirante”.

A importância do monumento para a região se faz, principalmente, por sua história, casa do colonizador da cidade e, também, primeiro prefeito, o Dr. Álvaro Coelho.

O processo de tombamento do patrimônio se deu em 1991, pelo CONDEPHAAT-SP. Por volta de 2005, a preexistência foi colocada à venda, pelos familiares do Dr. Álvaro Coelho, e foi, então, adquirida pelos atuais proprietários e responsáveis pelo processo de salvaguarda do mesmo.

A proposta de estudo do artigo se faz, então, à partir dos procedimentos de salvaguarda, recuperação e conservação da casa e da torre, analisadas segundo os valores abordados na teoria de Riegl.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Patrimônio Cultural

O termo patrimônio pode abranger diversos conceitos distintos. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, o patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo.

Segundo CHOAY (2001, p. 11) o patrimônio cultural deve ir além de uma coleção de objetos, documentos e edificações, devendo envolver processos sociais, concepção histórica e antropologia. A autora estabelece patrimônio “como dinâmicas da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja como perene e eterno.” (CHOAY, 2001, p. 11)

No Brasil, as discussões sobre Patrimônio Cultural, se fizeram em meados do século XIX, dando origem ao Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Instrumento, pelo qual, passou a utilizar o tombamento como forma de proteção. De acordo com LEMOS (1985, p. 85), o tombamento tem como objetivo assegurar a garantia de perpetuação da memória, onde o bem tombado não pode ser destruído e qualquer intervenção por qual necessite passar deve ser analisada e auto realizada.

A Constituição Federal de 1988, ampliou as possibilidades de proteção e preservação patrimonial, por meio do registro e inventário. Esta, estabelece também, como Patrimônio Cultural Brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Para garantir os efeitos de preservação, fiscalização e divulgação dos Patrimônios, existem as entidades legais de proteção. Em âmbito federal, apresenta-se o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); em competência estadual, fazendo alusão ao estado de São Paulo, encontra-se o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo).

2.2 Teoria de Restauro

Na segunda metade do século XIX, em meio à noções ainda confusas sobre monumentos, conservação, proteção, memória e identidade, surgiram importantes nomes para a origem da conservação, bem como as suas teorias. Viollet-le-Duc (1814-1879) na França, John Ruskin (1819-1900) na Inglaterra, Camillo Boito (1836-1914) na Itália, Alois Riegl (1858-1905) na Áustria e Césare Brandi (1906-1988)

na Itália, são referências de contribuições para o estudo e processo histórico da valorização, registros, salvaguardas e restauros dos patrimônios.

Alois Riegl (1858-1905), austríaco, nascido em Viena, historiador da arte, presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria e autor da obra “O Culto Moderno dos Monumentos”, a qual é objeto de fundamental importância quanto à proteção e conservação dos monumentos históricos.

A teoria rielgiana é a primeira a considerar valores como instrumento de estudo e classificação dos patrimônios. Tendo como base a obra O Culto Moderno dos Monumentos, Riegl inicia sua teoria tratando dos Valores de Memória, o qual encontra-se ser subdividido em Valor de Antiguidade, Valor Histórico e Valor de Rememoração, devendo, então, “examinar quais as exigências que resultam da natureza de cada um desses valores para o culto dos monumentos.” (RIEGL, 1903, p. 49)

O ponto de partida se faz pelo Valor de Antiguidade, que abrange o maior número de monumentos. Valor pelo qual, segundo Riegl, apresenta-se, a um primeiro olhar, pelo seu aspecto vetusto.

O Valor de Antiguidade se faz, efetivamente, pela percepção de sua aparência não moderna, bem como, a presença de desgastes em sua estrutura física, compreendendo até a ocorrência das ruínas. Segundo RIEGL (1903, p. 51), a antiguidade se faz pelo efeito ótico da destruição da superfície, do desgaste, revelando, assim, a ação da natureza.

Riegl condena, quanto valor de antiguidade, qualquer intervenção do homem, em tentativa de dominar as leis da natureza e do tempo ou qualquer intervenção do homem que altere a forma original.

Em essência, o valor de antiguidade se faz por critérios extremamente simples, sendo valorizado pela sensibilidade do homem, podendo, então, ser partilhado entre todos, sem exceção.

O Valor Histórico de um monumento não se preocupa com os vestígios das ações naturais no decorrer dos tempos, sendo estes até mesmo desagradáveis “devendo-se manter um documento o mais próximo possível da realidade para contribuir no futuro com as novas integrações histórico-artísticas.” (FERNANDES, 2014, p. 50)

O principal critério deste valor se faz na utilização do próprio monumento, de maneira mais intacta possível, como objeto de documento dado como certo, “a fim de controlar futuras tentativas de restituição, podendo eventualmente substituí-las por outras, melhores e mais bem fundamentadas.” (RIEGL, 1903, p. 56)

Quando há conflitos entre valor de antiguidade e valor histórico, é exigido uma pesquisa histórico-científica, tornando possível, então, a tomada de decisão quanto a escolha entre os valores ou ponderando-os.

Um monumento cujo valoriza intencionalmente a comemoração, possui, desde o início, o culto do valor histórico, contrapondo-se, desta forma, ao valor de antiguidade, buscando a imortalidade e o presente eterno. Segundo RIEGL (1903, p. 63), o valor de rememoração tem objetivo, desde o início, de culto ao valor histórico, ou seja, a intenção é mantê-lo sempre presente e vivo.

Dando sequência à análise riegliana, são apresentados os Valores de Comemoração, sendo estes tratados quanto Valor de Uso, Valor de Arte (Valor de Novidade e Valor Relativo).

O Valor de Uso justifica-se, efetivamente, na utilização de um edifício antigo, devendo encontrar-se em estado conservado possibilitando o alojamento de pessoas de maneira segura a suas vidas e saúde. RIEGL (1903, p. 67) sustenta sua teoria dizendo que é necessário considerar que o valor de bem estar físico das pessoas encontra-se acima das necessidades ideais do culto de antiguidade.

Para RIEGL (1903, p. 70), o Valor de Arte atende às necessidades do espírito. Este subdivide-se em Valor de Novidade – pode ser apreciado por todos, por sua integridade física e forma aparentemente nova – e, Valor de Arte Relativo – referindo-se a capacidade do monumento antigo em sensibilizar o homem moderno, podendo ser positiva ou negativamente.

3 O CASARÃO E A TORRE DA CAIXA D'ÁGUA

3.1 Presidente Venceslau: Um breve histórico

Presidente Venceslau localiza-se no extremo oeste do estado de São Paulo, apresentando divisa de municípios com Piquerobi, Marabá Paulista, Caiuá, Panorama, Ouro Verde e Dracena.

De acordo com FERNANDES (2014, p. 22), a região local abrigava, inicialmente, os índios Caingangues, nomeados de Coroados pelos homens brancos ao se estabelecerem no local.

Segundo ERBELLA (2006, p. 57), em março de 1921 chega à região a empresa para a construção da Estrada de Ferro Sorocabana, ocasionando a montagem de acampamentos e galpões pelos operários da empresa, sendo eles denominados os pioneiros.

A inauguração da Estação Ferroviária aconteceu no dia 28 de dezembro de 1921, não podendo ser considerada, ainda, a inauguração do município, pois “Nesse ato estavam presentes muitos pioneiros, numa demonstração inequívoca de que o povoado, a essa altura, já se formara.” (ERBELLA, 2006, p. 33)

Desta forma, quanto à data de fundação do município de Presidente Venceslau, fica mais seguro a comemorada atualmente, 02 de setembro; uma vez, que foi nesse dia em 1926 que se dá a criação do município e a emancipação política e administrativa de Presidente Venceslau.

Em julho de 1922, chega ao município o Dr. Álvaro Antunes Coelho, que ao decorrer dos anos, torna-se o principal colonizador de Presidente Venceslau devido a seus feitos na região.

3.2 A história da sede da fazenda Santa Sofia, o “Casarão”, e a Torre da Caixa D’Água, o “Mirante”

O responsável pela construção da Sede da Fazenda Sofia (Figura 01) conhecida como “Casarão” e da torre da caixa d’água conhecida popularmente como “Mirante” foi o colonizador Álvaro Antunes Coelho, com a função de morar com sua família, no ano de 1927.

FIGURA 01 – Construção da Residência no ano de 1927



Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau, 2018

O patrimônio histórico localiza-se no terreno ao fundo da Igreja Santo Antônio, no alto da Avenida Princesa Isabel, adentrando à Rua Santo Antônio (Figura 02).

Figura 02: Localização Av. Princesa Isabel, Igreja Santo Antônio e Casarão



Fonte: Google, 2018

Para ERBELLA (2006, p. 59), a ousadia arquitetônica do patrimônio venceslauense sempre chamou atenção diante das demais residências do município.

Em alvenaria de tijolos, a residência apresenta uma varanda frontal com telhado em estrutura de madeira e telha francesa, e mais onze cômodos: salas, dormitórios, banheiro, cozinha, copa, escritório, adega e sótão. O material empregado na construção da residência tem origem na própria cidade de Presidente Venceslau, principalmente o uso da madeira Peroba, abundante na época e beneficiada no próprio município. (SERRATINE, 2005, p. 11).

A distribuição da edificação se dá em três pavimentos, sendo, subsolo, térreo e sótão. O acesso a nível térreo se dá por uma pequena escadaria logo na fachada principal que leva a varanda coberta (Figura 03). No mesmo alinhamento, logo a frente, adentrado a casa encontra-se a sala de estar, ao lado esquerdo a sala de música e à diante sala de jantar, no qual o espaço entre as duas salas é demarcado por pilares.

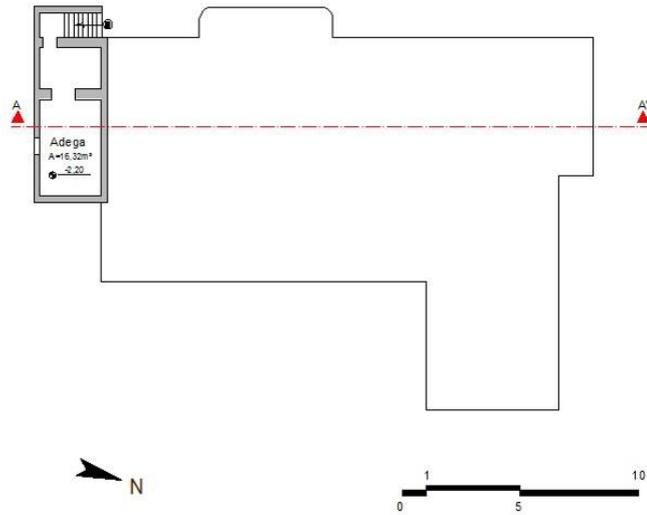
Figura 03: Fachada principal do Casarão



Fonte: Autoras, 2018

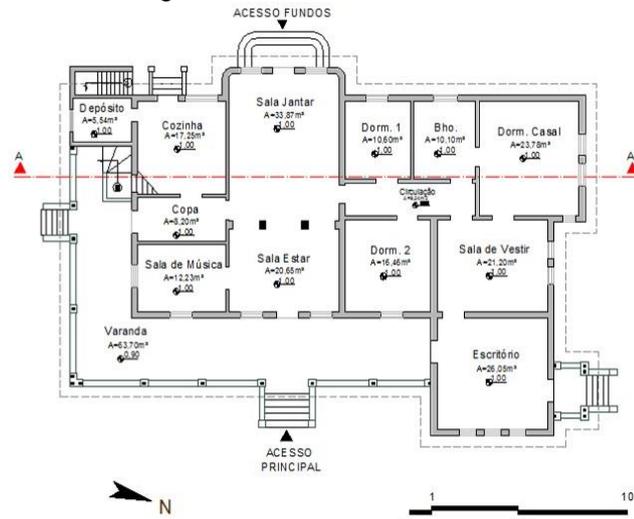
As salas de área comum separam as áreas de serviço à esquerda e a área íntima à sua direita. No setor de serviço, dispõe-se uma pequena copa que, à direita de quem adentra, fará acesso a cozinha e depósito, anexo a cozinha, com saída para a área externa, próximo a escadaria a qual acessa o subsolo. Ainda na copa, a frente de quem entra, se dá o acesso para a varanda que circunda a casa – partindo da fachada principal até a lateral esquerda –, onde também permite o acesso, através de escadas, ao sótão. A área íntima é acessada através da circulação interna que, ao lado direito das salas, dá acesso a dois dormitórios, um banheiro, uma sala de vestir que se encontra anexada ao dormitório de casal e também ao escritório que possui, além dessa, mais duas aberturas independentes, ligadas a varanda e ao exterior da casa. Tais configurações são possíveis visualizadas nas plantas a seguir (Figura 04, 05 e 06).

Figura 04: Planta baixa – Subsolo



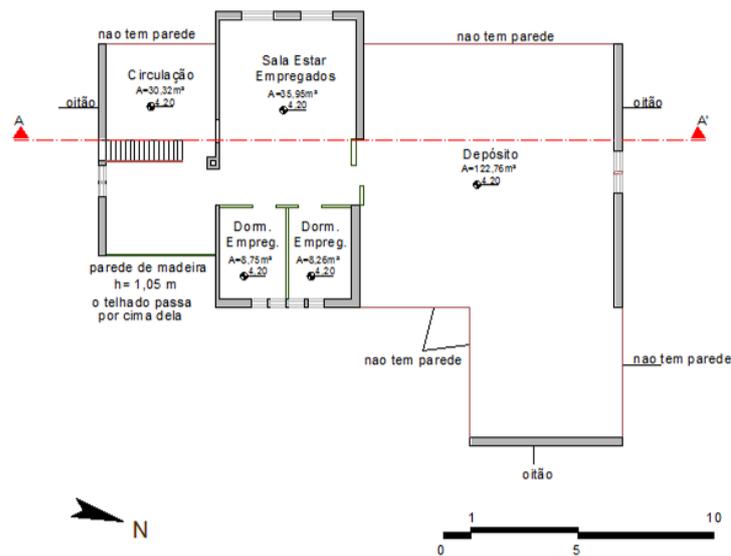
Fonte: FERNANDES, 2014

Figura 05: Planta baixa – Térreo



Fonte: FERNANDES, 2014

Figura 06: Planta baixa – Sótão



Fonte: FERNANDES, 2014

Embora não existam documentos registrando efetivamente uma reforma que houve na casa por volta do ano de 1970, em entrevista com o atual proprietário do local, foi possível entender por meio de marcas presentes o que houvera ocorrido na passagem. Às vésperas do casamento do filho do casal Álvaro Coelho e Carmem, chamado Antônio Carlos, uma sala íntima destinada à família, transformou-se em um quarto para o novo casal. Houve também uma reforma no banheiro, o qual teve seus azulejos de origem holandesa com motivos de raposas substituídos, e uma banheira foi instalada no local, conforme relatado pelo neto do casal que guarda uma amostra até hoje. A cozinha também passou por processo de reforma e ampliação, havendo, assim, o prolongamento do alinhamento na fachada posterior da casa (Figura 07).

Figura 07: Fachada posterior com prolongamento após reforma de 1970



Fonte: Autoras, 2018

A varanda da casa era paginada por ladrilho hidráulico, que foi substituído por um de origem recente. Embora não existam registros oficiais, há relatos de que houvera um aquário na varanda, o que é possível ser notado por suas marcas de recalque deixadas no local, sugerindo indícios de sua real existência.

A caixa d'água (Figura 08) que se encontra de forma isolada da casa é conhecida popularmente por "Mirante". Nos dias de hoje há quem diga que a torre era um mirante, lugar em que Álvaro Coelho podia ter uma visão ampla de toda a sua propriedade e também da vida na cidade. Mas como dito anteriormente, nada passa de um mito, na verdade, apenas um engenhoso meio de captar água e distribuí-la pela propriedade, através das pás ou cata-ventos que forçavam a passagem da água pelos encanamentos até a casa e a plantação; a cúpula hoje existente na torre não faz parte de sua primeira construção datada de 1930, de acordo com informações da Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau; foi adicionada no ano de 1947, a mando da esposa de Álvaro Coelho, Maria Carmem Ribeiro, decorrido anos de sua morte.

Figura 08: Torre da caixa d'água – “Mirante”



Fonte: FERNANDES, 2014

FERNANDES (2014, p. 55) relata que alguns anos após a morte de Maria Carmem Ribeiro, esposa de Álvaro Coelho, a residência entrou em processo de abandono, pois a família já não se encontrava mais em Presidente Venceslau. SERRATINE (2005, p. 11) completa que, desta forma, a residência passou a entrar em estado de deterioração e sofreu diversos efeitos de vandalismos.

O atual proprietário narra que no ano de 1990, uma nova reforma foi realizada em parceria com a Sociedade dos Amigos da Cultura e das Artes (SACEA) e a Prefeitura Municipal de Presidente Venceslau. Nesta foi realizada a consolidação da cúpula da torre da caixa d'água, pois se encontrava completamente deteriorada e, também, reforços nos degraus de sua escadaria.

Algumas intervenções no casarão também fizeram parte desta da intervenção, como por exemplo, aplicação de rebocos nas alvenarias externas (Figura 09) e internas (Figura 10), pinturas nas alvenarias internas, esquadrias na cor azul, e substituições do forro de algumas salas e quartos.

Figura 09: Exemplo de uma aplicação de reboco em alvenaria externa



Fonte: Autoras, 2018

Figura 10: Exemplo de uma aplicação de reboco em alvenaria interna



Fonte: Autoras, 2018

3.3 O tombamento do Patrimônio

Os estudos para o tombamento da Sede da Fazenda Santa Sofia e do Mirante iniciaram com a solicitação da Promotoria de Justiça do município de Presidente Venceslau, ressaltando a importância do patrimônio no momento inicial da ocupação do Oeste Paulista.

Em vista desses estudos, o técnico do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

(CONDEPHAAT-SP), manifestou interesse em preservar o patrimônio, destacando o valor arquitetônico.

Em 1991 foi tombado pelo órgão, segundo a *homepage* da Secretaria da Cultura. A ação deu-se segundo a resolução nº 07 de 14 de março de 1991; a Publicação do Diário Oficial no Poder Executivo, Seção I, página 50 em 15 de março de 1991; e foi inscrito no Livro do Tombo com número 299, páginas 75 e 76 em 06 de abril de 1993.

A Fazenda Santa Sofia exerce a função de uma importante representante do patrimônio rural do Oeste Paulista, que possui sua trajetória histórica relacionada à expansão do café em direção de terras novas, onde esses bens culturais, colônias, sedes de fazenda, terreiros, tão importantes na construção da memória e da identidade regional.

3.4 A atual salvaguarda do patrimônio, analisada segundo a teoria de Alois Riegl

Durante a pesquisa e estudo das atuais intervenções e métodos de salvaguarda do patrimônio, foi possível associá-los, principalmente, ao valor de antiguidade – pela valorização e fácil percepção do aspecto vetusto do edifício –, ao valor histórico – pela importância do contexto que a edificação representa para a cidade e região –, e ao valor de uso – pois adaptações e restaurações foram feitas para que pudesse ter utilidade, tanto particular, quanto social. Em vista disso, tais procedimentos e técnicas realizadas serão relatadas a diante, relacionando-as ao valor que mais predomina em cada situação. Tendo em vista que, muitas vezes, em ocasião de optar por um determinado valor ao monumento, pode ocorrer conflitos entre estes, ou então, complementar-se. Desta forma, será apontado o valor que mais prevalecer, em cada momento.

Atualmente, o arquiteto e proprietário faz uso da edificação como seu escritório e por conta de sua paixão e conhecimento pela arquitetura e o tema patrimônio cultural realiza a salvaguarda do local, garantindo a conservação permanente, de acordo com as necessidades e recursos possíveis.

Segundo o arquiteto, em momento inicial de sua ocupação no local, a casa possuía problemas patológicos relacionados à umidade e infiltrações. Em locais que recebiam diretamente as influências das chuvas, como a sala de música, tiveram seus forros substituídos (Figura 11). A prática realizada assemelha-se, segundo a teoria de Riegl, ao valor uso, pois, o cômodo teve sua utilização recuperada valorizando qualidade ao usuário, “(...) cada brecha aberta pelos agentes naturais em suas paredes ou cobertura deve ser imediatamente reparada.” (RIEGL, 1903, p. 68)

Figura 11: Forro substituído na sala de jantar



Fonte: Autoras, 2018

O proprietário realiza alguns trabalhos de prospecção pictórica de extrema delicadeza, nas paredes de quase todos os cômodos da casa. Para o trabalho são utilizados bisturis e outros instrumentos específicos, buscando alcançar a máxima estratigrafia em pontos pré-estabelecidos da pintura original, evidenciando, assim, as passagens do tempo. Este tratamento relacionar-se ao valor de antiguidade, pois procura manter as marcas do tempo e pode ser apreciado e reconhecido facilmente, por qualquer pessoa.

Para melhor visualização do trabalho de estratigrafia, o arquiteto aplicou tinta branca à base d'água nas paredes até uma altura de aproximadamente até 1,50 metros. Desta forma, em locais de aplicação da técnica de estratigrafia, foi possível destacar e evidenciar o trabalho (Figuras 12 e 13)

Figura 12: Estratigrafia na parede da sala principal



Fonte: Autoras, 2018

Figura 13: Estratigrafia na parede da segunda sala



Fonte: Autoras, 2018

Os motivos florais dos papeis de paredes aplicados, originalmente, por toda a casa são referências do estilo da época, final do art nouveau, início do art decó, realizadas com materiais como o pó de ouro e o pigmento na cor azul. (Figura 14).

Figura 14: Estratigrafia na parede de um dos quartos



Fonte: Autoras, 2018

Como forma de salvaguardar a história do local, o arquiteto registra com especificações e guarda todo o material removido durante os trabalhos. Este cuidado em registrar e armazenar todas as peças retiradas do local, faz-se em valorização ao valor histórico, pois, desta forma, é preservada e garantida a história e vivência do local por muitas gerações.

A situação do piso laminado de madeira, no momento de ocupação na casa, encontrava-se comprometida por grandes aberturas nos vãos, desta forma, tornaram-se indispensáveis algumas adequações e substituições das partes deterioradas por outras lâminas de madeira, as quais são quase imperceptíveis notar a diferença entre o novo e o antigo. Onde as lâminas ainda se encontravam com camadas de sujeira, porém inteiras, são realizados trabalhos manuais de limpeza e recuperação das lâminas (Figura 15), em concordância ao valor de uso.

Figura 15: Piso recuperado na sala de jantar



Fonte: Autoras, 2018

Quanto às esquadrias locais, as janelas são todas originais (Figura 16). Em situação em que se fez necessário, alguns ajustes para medidas de segurança e utilização foram realizados, como por exemplo, na janela da atual sala de trabalho do arquiteto, havia a ausência de parte da guilhotina, em formato original de borboleta. Para atender o uso das janelas, o arquiteto adaptou a parte faltante com a utilização de algumas tipas de madeira (Figura 17). Método, mais uma vez, em consideração ao valor de uso.

Figura 16: Janelas originais



Fonte: Autoras, 2014

Figura 17: Guilhotina em formato de borboleta



Fonte: Autoras, 2018

Em menção as portas internas, foram realizadas reformas para possibilitar a sua utilização, como a troca das lâminas de madeira por novas (Figura 18), mantendo somente as molduras das portas originais, porém deixando notável a diferença entre o antigo e o novo. Tal feito nos remete às teorias de Riegl, quando esse trata do valor de uso sobre o monumento. Quanto às pinturas que as esquadrias receberam ao longo de toda sua história, é possível, atualmente, visualizar as cores que foram utilizadas, como por exemplo: dois tons de verde, três tons de azul e por último, o turquesa. A não intervenção nesta ocasião valoriza a história da casa trata-se do valor histórico.

Figura 18: Porta interna com intervenções



Fonte: Autoras, 2018

No edifício existem alguns mobiliários que foram pertencentes à família pioneira da casa, os quais também vieram a ser tombados juntamente com a edificação, como por exemplo, os lustres originais (Figura 19), um relógio (Figura 20) e outros. Tal ação pode ser sustentada como valor histórico, por terem feito parte do mobiliário e vivência da família do Dr. Álvaro Coelho.

Figura 19: Lustre original



Fonte: Autoras, 2018

Figura 20: Mobiliário original



Fonte: Autoras, 2018

A torre do mirante também tem sua salvaguarda realizada pelos atuais proprietários. Em primeiro momento, fez-se necessário a colocação de um guarda corpo na escadaria (Figura 21), para atender questões de segurança dos usuários, pois a mesma é aberta para visitas monitoradas pelo arquiteto, atendendo grupos como escolas, universidades e aberta ao público em momentos de finais de ano, em

horários estabelecidos previamente. Esta prática sustenta-se no reconhecimento quanto ao valor de uso.

Figura 21: Escada com guarda corpo na torre do Mirante



Fonte: Autoras, 2018

As madeiras de utilização na torre, tanto nos pisos para os pavimentos (Figura 22) quanto na cobertura (Figura 23), encontram-se em situação de ameaça à estrutura, desta forma, para aliviar o peso no local, está sendo realizada atualmente a remoção da caixa d'água do local (Figura 24). O propósito de manter a existência da integridade física do local, bem como a segurança, reafirma, mais uma vez, o valor de uso na edificação.

Figura 22: Piso de um pavimento da torre



Fonte: Autoras, 2018

Figura 23: Madeiramento na cobertura da torre



Fonte: Autoras, 2018

Figura 24: Caixa d'água em processo de demolição



Fonte: Autoras, 2018

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode se notar que as intervenções que passaram e passam ainda hoje na Sede da Fazenda Santa Sofia se relacionam com as teorias de restauro de Alois Riegl, pondo assim que as reformas visavam, sob a interpretação daqueles que reformavam, o que seria de melhor incumbência para o edifício. A Sede da Fazenda “Casarão” e a caixa d’água “Mirante” podem ser consideradas um monumento histórico segundo Riegl (1903), pois foi construída na época para utilização da família pioneira da cidade e atualmente por este motivo a população considera-o como um monumento da história da cidade. E ainda, as atuais adaptações também podem ser consideradas

pelo mesmo teórico devido a seu valor de uso, quando algumas reformas e adaptações são necessárias por questões de segurança e utilidade.

A implantação do escritório do arquiteto e atual proprietário relaciona-se valor de uso, pois realiza algumas adaptações para que o escritório consiga utilizar o espaço, ainda sim, a fim de salvaguardar o bem, busca-se realizar intervenções que preservem a preexistência em seu estado original. Outra forma de salvaguardar o edifício é mantê-lo na memória da cidade, em algumas temporadas, alguns eventos são dispostos a população, criando a liberdade desta de conhecer o bem.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CENTRO UNIVERSITÁRIO “ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO” de Presidente Prudente. **Normalização de apresentação de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2007 – Presidente Prudente, 2007, 110p.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado, São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

ERBELLA, I. **Rabiscos Históricos de Presidente Venceslau**. 1 ed. Presidente Venceslau: Artes Gráficas Pedriali, 2006.

FERNANDES, M. M. C. **Recuperação arquitetônica e reintegração social em patrimônio histórico de Presidente Venceslau**. 2014. 232f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente.

LEMOS, C.A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2º ed. 1982

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução de Werner Rotschild Davidsohn & Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1903].

SERRATINE, A. M. **Patrimônio arquitetônico: preservação e restauro – casarão do dr. Álvaro Coelho**. 2005. 84f. Monografia (Pós-graduação lato senso Patrimônio Arquitetônico: Preservação e Restauro) – Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo.